



## PARA CONTROLE DO AQUECIMENTO DO PLANETA - DESMATAMENTO ZERO

### TITULAR AS TERRAS QUILOMBOLAS É DESMATAMENTO ZERO

A partir do dia 1º de novembro de 2021, governos e sociedade civil se reunirão em Glasgow, Reino Unido, para a 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 26), que tem como debate principal a descarbonização do planeta por meio da redução das emissões de gases de efeito estufa.

A existência da COP 26 confirma que a crise climática já é uma realidade. O último relatório do IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas), de 2021, foi taxativo ao afirmar que não há mais dúvidas sobre o papel da humanidade nos impactos das mudanças climáticas. Além disso, um estudo que acaba de ser publicado na revista Nature Climate Change destaca como a crise climática já afeta 85% da população mundial.

Junto à pandemia de Covid-19, os últimos anos colocaram em destaque a emergência climática e o recrudescimento do racismo no mundo e no Brasil. A preocupação com os eventos climáticos em maiores escalas e os impactos na vida humana nunca foram tão expressivos. E a **COALIZÃO NEGRA POR DIREITOS**, articulação que reúne cerca de 250 organizações, movimentos sociais de base e pesquisadoras(es) negras(os) do Brasil têm denunciado e seguem em luta constante contra o genocídio da população negra, seja na cidade ou no campo, defendendo a terra, os territórios e as territorialidades negras como espaços de vida ambiental e humana, lutando, portanto, também, contra o racismo ambiental.

O debate fundamental de racismo ambiental ainda não encontra ampla adesão, ou é negado, pelos movimentos ambientalistas no Brasil, assim como falta racializar as políticas públicas ambientais. Como resultado, temos a falta de segurança ambiental aos territórios urbanos e rurais de maioria populacional negra, impactada pela expropriação, poluição hídrica, atmosférica, pelos eventos climáticos extremos, pela morada em áreas de risco, pelo despejo de resíduos, pelo não acesso aos serviços de saneamento básico, impactados pelas enchentes, deslizamentos, doenças de veiculação hídrica, entre outros.

A crise climática é também humanitária e tem impacto direto na vida das populações negras, quilombolas e dos povos indígenas. No Brasil, a maioria populacional é negra e representa, hoje, 56% da população (IBGE, 2020). Negar o racismo ambiental é negar que o Estado brasileiro é racista, é negar a realidade da vida nas periferias das grandes cidades, o aumento da fome, é negar a violação dos direitos constitucionais contra comunidades, territórios quilombolas e terras indígenas, é negar a história de urbanização do país e suas profundas desigualdades territoriais

O governo do Brasil tem violado leis e códigos ambientais e o resultado tem sido o aumento do desmatamento das florestas na Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica e no Pantanal. No caso da Amazônia, a floresta, os povos indígenas e as comunidades quilombolas têm sofrido os impactos do desmatamento e das atividades criminosas da mineração legal e ilegal. As ações

criminosas se somam às queimadas legais e ilegais em escalas expressivas nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, impactando nos territórios dos povos e comunidades tradicionais. Assim como, historicamente, são as regiões onde mais ativistas de direitos humanos, indígenas, quilombolas e ambientalistas na luta em defesa das terras, das águas, das florestas e dos territórios são assassinados.

No espaço urbano, o efeito sobre a vida da população negra tem sido a desigualdade urbana promovida pelos 'planos diretores' (sem ampla participação social e formulados de forma a garantir os interesses de grandes capitalistas urbanos) que, nos últimos 20 anos do Estatuto das Cidades, tem tornado as cidades violentas e criminosas para a vida ambiental, social, cultural e econômica das pessoas negras. O planejamento urbano é o racismo ambiental em perversidade visto e sentido nos espaços criminalizados (densamente populacional negro) geograficamente (aglomerados subnormais): as favelas, periferias, baixadas, morros, vales e palafitas.

Fazemos nossas as palavras de Lélia González, em 1984: "Desde a casa grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo: a divisão racial do espaço".

A falta de água (bem essencial para todos) nas torneiras faz parte de um desastre diário nas periferias. O não abastecimento das casas nas periferias não se restringe às épocas específicas do ano, acontece todos os dias para que os espaços não-criminalizados (densamente populacional branco) tenham água disponível. As pessoas periféricas convivem com a falta de água. Crianças morrem nas margens dos córregos nas enchentes, famílias perdem casas construídas em áreas de risco, nas margens de represas, nos vales, nas encostas pelo não acesso à terra urbana para moradia em segurança urbana.

Vale reforçar que a definição do conceito de racismo ambiental se ampara no reconhecimento do Estado Racial e na ação institucional deliberada que resulta em exposição desproporcional das populações negras e indígenas, as mantendo permanentemente em condições vulneráveis. Mesmo diante de uma pressão cada vez maior dos movimentos negros de todo o mundo para que se reconheça a dimensão racial da crise climática, o Governo Federal tem dado contornos racistas ao debate urgente e de sobrevivência do planeta e das pessoas mais vulneráveis: mulheres e crianças negras e indígenas brasileiras.

As periferias resistem e vivem, mas as gestões públicas e privadas – os capitalistas racialmente orientados – continuam operando na lógica do "quarto de despejo", como formulou Carolina Maria de Jesus.

A posição do atual governo e do presidente da República eleito em 2018 segue a mesma, simbolizada pelo discurso de meados de 2017, quando o então pré-candidato à presidência, após visitar um quilombo, no interior de São Paulo, disse em um evento do Clube Hebraica do Rio de Janeiro que "o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriadores servem mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gastado (sic) com eles", (pessoas pretas teriam a mesma categoria de medida de peso que animais como bois ou cavalos, o que desumaniza essa população). Já como presidente eleito, em março de 2020, Bolsonaro afirmou que seu governo não demarcaria nenhuma terra quilombola, apesar de ser um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, que completou 33 anos no dia 05/10/2021.

Com o governo do presidente Jair Bolsonaro, o Brasil entrou num atraso de dez anos no que se refere à certificação das comunidades quilombolas, e quanto à titulação, se a referência é o período de 2003 a 2015, existe um atraso de 20 anos para ser superado na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (aprovada como ambição pela sociedade brasileira como pacto pós-COP 26). Até 2030, o Brasil precisa concluir 1.486 (mil quatrocentos e oitenta e seis) processos de titulação territorial quilombola nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, abertos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para regularização fundiária pelo Governo Federal e/ou Estaduais (INCRA, 2019).

Entre 1995 e 2021, foram titulados plenamente pelo INCRA e órgãos estaduais de terras só 137 territórios quilombolas. Somados aos 52 territórios quilombolas parcialmente titulados, são 189

(cento e oitenta e nove) territórios com regularização fundiária, o que representa 13% de todos os processos de titulação abertos no país (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO SÃO PAULO, 2021).

Quanto às certidões de autorreconhecimento quilombola, hoje, são mais de três mil comunidades quilombolas no Brasil, segundo reconhecimento da Fundação Palmares (2021), instituição que tem na atual presidência a negação dos direitos da população negra quilombola e tem destruído a memória e o patrimônio afro-brasileiro.

Por isso tudo, a **COALIZÃO NEGRA POR DIREITOS**, articulação que reúne cerca de 250 organizações, coletivos e entidades do movimento negro e antirracista de todo o Brasil, atuará em incidência com as demais organizações do movimento negro presentes na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 26) contra o racismo ambiental, pela redução do aquecimento do planeta, desmatamento zero nas florestas Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica e Caatinga brasileira e em defesa da titulação das terras e dos territórios quilombolas.

Nesta COP 26, o movimento negro brasileiro se representará pela comitiva de delegadas (os) quilombolas, ativistas, militantes e pesquisadoras para o mais importante encontro sobre o clima do planeta no século XXI, pós-Acordo de Paris (2015). Será uma oportunidade de exigir soluções para a emergência climática que priorize o enfrentamento ao racismo ambiental, às desigualdades racial, de gênero e social, com a urgência que o planeta precisa! Mais do que nunca, serão necessárias ambições reais de Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) para redução do aquecimento do planeta e das emissões de gases de efeitos estufa (GEE), pois a corrida global pelo carbono zero, a aprovação do artigo 6ª do Acordo de Paris e o investimento de U\$ 100 bilhões anuais nos países em desenvolvimento têm o dever ético e humanitário de produzir justiça climática e justiça racial.

A COP 26 deve ser ambiciosa e realista nas suas propostas de enfrentamento das mudanças climáticas. Os países desenvolvidos devem assumir sua responsabilidade com a carbonização insustentável do planeta, assim como pelas desigualdades que essa produziu nos últimos 200 anos. E a resposta coletiva dos países em desenvolvimento e pobres em sua maioria deve ser pela adaptação e mitigação aos efeitos e impactos das mudanças climáticas nas cidades e nas áreas rurais. Os séculos de negação do Norte Global às mudanças do clima têm impacto na vida das populações no Sul Global.

**Os países em desenvolvimento e pobres não podem voltar a ser colônias e novamente serem impactados pela nova industrialização “carbono zero”. É hora de dar um basta na preocupação com a perda dos lucros das corporações transnacionais. As vidas não poderão ser medidas pelo crescimento econômico das mesmas economias que não agiram de forma humanitária para salvar as mais de 4 milhões de vidas com a pandemia de Covid-19. A maioria das mortes seriam evitáveis no Norte e no Sul Global, se não estivessem em extrema vulnerabilidade social e ambiental.**

É urgente considerar outros modelos de desenvolvimento, outras formas de bem viver em sociedade (lema político da Marcha das Mulheres Negras) que reconectem as relações humanas e sua constituição como parte da natureza. É necessário considerar os conhecimentos dos povos em sua natureza no Sul Global, em especial as diferentes vozes das mulheres, vozes da juventude, das quilombolas, das indígenas e das populações negras diaspóricas periféricas.

**O racismo ambiental afeta e viola os direitos daqueles que menos contribuíram para a crise climática e humanitária!**

Com as mudanças climáticas, precisamos dar fim ao colonialismo e suas modulações no presente, por isso, reconhecer e priorizar o enfrentamento ao racismo ambiental e às desigualdades raciais, de gênero e social é urgente para o alcance das ambições de NDC que serão pactuadas pelos Estados, Governos e Sociedades na COP 26. Continuar negando as estruturas do racismo é negar aos povos e às gerações humanas o direito de Bem Viver no Planeta Terra.

# COALIZÃO NEGRA POR DIREITOS

1. ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as – Nacional
2. Abong – Associação Brasileira de ONGs
3. AfirmAção Rede de Cursinhos Populares – ES
4. Africanamente Centro de Pesquisa Resgatar Preservação e Tradições Afrodescendentes – RS
5. Afrikan Power
6. Afro-Gabinete de Articulação Institucional e Jurídica – BA
7. AIABA – Associação Interdisciplinar Afro-Brasileira e Africana – PR
8. ALAGBARA – Articulação de Mulheres Negras e Quilombolas do Tocantins
9. Alma Preta – SP
10. Amparar – Associação de Amigos e Familiares de Presos – SP
11. ANEPE – Articulação Negra de Pernambuco
12. APN's – Agentes de Pastoral Negros – Nacional
13. Articulação Nacional de Negras Jovens Feministas – ANJF – RJ
14. Associação Beneficente Marina Mercez – Ilê Ase Oju Ewe
15. Associação Carnavalesca Bloco Afro Olodum
16. Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade – MG
17. Associação de Capoeira Motta e Cultura Afro
18. Associação de Consciência Negra Quilombo
19. Associação de Mulheres – AQUALTUNE
20. Associação de Mulheres Mãe Venina do Quilombo do Curiau – AP
21. Associação de Mulheres Negras do Acre e seus apoiadores
22. Associação de Sambistas, Terreiros e Comunidades de Samba do Estado de São Paulo – ASTEC
23. Atinuké – Coletivo sobre o pensamento de Mulheres Negras – RS
24. Banda Afro Zumbi
25. Bloco Arrasta-Bloco de Favela – MG
26. Casa das Pretas – RJ
27. Casa do Hip Hop Taquaril – SP
28. Casa Sueli Carneiro
29. CCRIA-LO Comunidade da Compreensão e Restauração Ilê Asé Logun Ede – SP
30. CCRIAS – SP
31. CEAP – Centro de Articulação de Populações Marginalizadas – RJ
32. CECUNE – Centro Ecumênico de Cultura Negra – RS
33. CEDENPA – Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará
34. CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades
35. Centro de Cultura Negra do Maranhão
36. Centro de Formação do(a) Negro(a) da Transamazônica e Xingu – PA
37. Círculo Palmarino – SP
38. CNAB – Congresso Nacional Afro-Brasileiro
39. Coletivo Afroencantamento
40. Coletivo Black Divas
41. Coletivo de Estudantes Negrxs da UFF – RJ
42. Coletivo de Juventude Negra Cara Preta – PE
43. Coletivo de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado – BA
44. Coletivo de Mulheres Negras Maria Maria de Altamira Pará
45. Coletivo Leste Negra
46. Coletivo Luisa Mahin – RJ
47. Coletivo Luiza Bairros – BA
48. Coletivo Mulheres Negras Mãe Terra de Angra dos Reis
49. Coletivo Nacional de Juventude Negra – ENEGRECER
50. Coletivo NegraSô – Coletivo de alunos negros da PUC-SP
51. Coletivo Negro Dandara – UNESP/Assis SP
52. Coletivo Negro de Poços de Caldas
53. Coletivo Negro Kimpa – Unesp Bauru SP
54. Coletivo Negro Universitário UFMT – MT
55. Coletivo Nuvem Negra – RJ
56. Coletivo OuTro Preto
57. Coletivo Quilombo do Arruda
58. Coletivo Raízes do Baobá Negras e Negros Jaú- SP
59. Coletivo Sapato Preto Lésbicas Negras da Amazônia
60. COMUNEMA – Mulheres Negras Maria Maria – PA
61. Comunidade Cultural Quilombaque – SP
62. Comunidade das Águas que se Renovam CAREOS – SP
63. Comunidade de Roda de Samba Pagode NA Disciplina – SP
64. Comunidade Samba Maria Cursi
65. Comunidade Terreiro Ilê Asé Iyemonja Omi Olodo – RS
66. Comunidade Terreiro Ilê Aşę Omiojuaro – RJ
67. Comunidade Tradicional de Terreiro Ylê Axé de Yansã
68. CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – Nacional
69. Conselho do Povo de Terreiro do Estado do RS
70. CRENLEGO – Centro de Referência Negra Lélia Gonzales – GO
71. CRIOLA – RJ
72. CUXI – Coletivo Negro Evangélico
73. Diaspora Black
74. DNBR – Designers Negros no Brasil
75. Educafro – Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes – Nacional
76. ENAR – European Network Against Racism – UE
77. Fórum de Mulheres Negras de Mato Grosso – MT
78. Fórum de Performances Negras do Rio de Janeiro
79. Fórum Formação Política de Mulheres Negras Marielle Franco – BA (Fórum Marielles de Salvador)
80. Fórum Nacional de Mulheres Negras



81. Fórum Nacional de Performance Negra – RJ
82. Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros – FONATRANS
83. Fórum Permanente das Entidades do Movimento Negro MS
84. Frente de Mulheres Negras do DF e Entorno
85. Frente Favela Brasil – Nacional
86. Frente Nacional de Mulheres do Funk – SP
87. Frente Nacional Makota Valdina – BA
88. Geledés – SP
89. Grupo de Estudos AFETO – Africanidades e Feminismos: Educação e Terapia Ocupacional
90. Grupo de Estudos Sobre Feminismos Negros Marielle Franco – São Luis
91. Grupo Trabalho Estudos Zumbi – TEZ
92. Guarany Feminino Esporte Clube Quilombola
93. IARA – Instituto de Advocacia Racial e Ambiental
94. IBD – Instituto Brasileiro de Diversidade – SP
95. IDAFRO – Instituto de Defesa dos Direitos das Religiões de Afrobrasileiras
96. IPAD BRASIL – Instituto de Pesquisa da Afrodescendência
97. Ilê Ase Omí Ewé Ajase e Caboclo Folha Verde – SP
98. Ilê Aşę Omiojuaro – RJ
99. Ilê Asé Oya Mesan Orum – SP
100. Ilé Àse Ti Tóbi Ìyá Àfin Òsùn Alákétu – PR
102. Ilé Ìyá Ódò Àse Aláàfin Òyó – Coletivo Acaçá Axé Odo
103. Ilê Obá Ketu Axé Omi Nlá – SP
104. Ilé Ode Maroketu Àę Oba – SP
105. Ilê Omolu Oxum – RJ
106. Ilê Oyá Toningebé Fàrà Gèngbèlé – SP
107. IMUNE – Instituto de Mulheres Negras – MT
108. Innpd – Iniciativa Negra por Uma Nova Política Sobre Drogas – Nacional
109. Instituto Afro Cultural da Amazônia
110. Instituto Afrolatinas – DF
111. Instituto AMMA Psique e Negritude – SP
112. Instituto Búzios – BA
113. Instituto Búzios – RJ
114. Instituto de Defesa da População Negra
115. Instituto de Mulheres Negras do Amapá
116. Instituto de Referência Negra Peregum – SP
117. Instituto do Negro Padre Batista – INPB
118. Instituto Equânime Afro Brasil – SP
119. Instituto Luiza Mahin – ILUMA
120. Instituto Mancala
121. Instituto Marielle Franco – RJ
122. Instituto Nangetu de Tradição Afro e Desenvolvimento Social – PA
123. Instituto Negro é Lindo
124. Instituto Omolara Brasil – SP
125. Instituto Steve Biko – BA
126. IPEAFRO – Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros
127. IROHIN – Centro de Documentação, Comunicação e Memória Afro Brasileira – BA
128. Jornalistas Pretos
129. Kombativa – Cooperativa Social Latinoamericana de Direitos Humanos – SP
130. Kwe Ceja Togun Hunde – SP
131. MABE – Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara – MA
132. Mahin Organização de Mulheres Negras – BA
133. Maracatu Ventos de Ouro
134. Marcha das Mulheres Negras de São Paulo
135. Marcha do Orgulho Crespo Ldna e Região
136. Maria Mulher Organização de Mulheres Negras
137. MNU – Movimento Negro Unificado – Nacional
138. Mocambo – Movimento Afrodescendente do Pará
139. MOVIDADE – Movimento Democrático Afrodescendente pela Igualdade e Equidade Racial
140. Movimentação Juventude Negra Política
141. Movimento de Jovens Negros e Periféricos de Moju
142. Movimento Negro Evangélico – PE
143. Movimento Ser Ògá – SP
144. MPP – Movimento de Pescador e Pescadora de Ilha de Maré – BA
145. Mulheres de Axé do Brasil – MG
146. NEGRA – Núcleo de Estudos sobre Gênero, Raça, e Africanidades (IFG)
147. NESEN/UFF – Núcleo de Estudos sobre Saúde e Etnia Negra/Universidade Federal Fluminense
148. Nós Temos Um Sonho – #NTUS – MG
149. Núcleo de Estudantes Negres de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense
150. Núcleo de Estudos Africanos e Afro-brasileiros – NEAB/UFABC SP
151. Núcleo Estadual de Mulheres Negras do Espírito Santo
152. Ocupação Cultural Jeholu – SP
153. ONDJANGO – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – RJ
154. Organização de Mulheres Negras Ativas – MG
155. Organização Luiza Mahin – BA
156. Os Crespos – SP
157. Ponto de Cultura Rádio Capoeira
158. Pretas em Movimento – MG
159. Pretaria.Org | Coletivo Pretaria
160. Pretas Paridas de Amazônia
161. Pré-Vestibular Popular +Nos – RJ
162. Pretos no Direito
163. Processo de Comunidades Negras en Colombia
164. PVNC – Pré-Vestibular para Negros e Carentes – RJ
165. Quilombo Ciência

166. Quilombo PCD
167. Quilombo Rio dos Macacos – BA
168. Rede de Historiadorxs Negrxs – Nacional
169. Rede de Mulheres de Terreiro da Bahia
170. Rede de Mulheres Negras – PA
172. Rede de Mulheres Negras – PR
173. Rede de Mulheres Negras de Alagoas
174. Rede de Mulheres Negras de Pernambuco
175. Rede Nacional de Negras e Negros LGBT
176. Rede Nacional da Promoção e Controle da Saúde de Lésbicas Bissexuais Transexuais Negras – REDE SAPATA
177. Rede Ubuntu de Educação Popular – SP
178. RENAFRO – Rede Nacional de Religiões Afro Brasileiras e Saúde – Nacional
179. SANKOFa
180. Sociedade Protetora dos Desvalidos – SPD – BA
181. Sotrayoruba
182. Terreiro do Cobre – BA
183. Toco Filmes – SP
184. UBUNTU – Baixo Tocantins/PA
185. UBUNTUFF-Coletivo de estudantes pretas e pretos da UFF Angra dos Reis
186. UNEafro Brasil – Nacional
187. UNEGRO – União de Negros pela Igualdade – Nacional
188. Afronte – SP
189. Akanni – Instituto de Pesquisa e Assessoria em Direitos Humanos, Gênero, Raça e Etnias – RS
190. Assessoria Popular Maria Felipa – MG
191. Associação Franciscana de Defesa de Direitos e Formação Popular – SP
192. Associação Projetos Integrados de Desenv. Sustentável – PIDS (NUDDH infância e juventude) – SP
193. Associação Recreativa e Cultural Afro Nação das Almas de Angola José Pilintra da Lapa
194. Centro de Atividades Culturais Econômicas e Sociais (CACES) – RJ
195. Centro de Cultura e Direitos Humanos – SP
196. Cia dos Comuns – RJ
197. Cia Passinho Carioca – RJ
198. Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama
199. Coletivo 4 de Novembro – BA
200. Coletivo Amazônico LesBiTrans – PA
201. Coletivo Feminista Classista Maria vai com as Outras
202. Conectas Direitos Humanos
203. Cooperifa – SP
204. Consciência em Movimento
205. CPP – Conselho Pastoral dos Pescadores – BA
206. Cursinho Popular Risoflora – ES
207. Eu Sou Fruto de Favela – PE
208. Federação e Instituto Cultural de São Benedito
209. Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – FENATRAD – Nacional
210. Frente de Evangélicos Pelo Estado Democrático de Direito – Nacional
211. GAJOP – Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – PE
212. Grupo de Mulheres Felipa de Sousa
213. IDEAS – Assessoria Popular – BA
214. Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial – RJ
215. Instituto Aromeiazero
216. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
217. Instituto Bamburusema de Cultura Afro Amazônica (IBAMCA) – PA
218. Instituto de Pensamentos e Ações para Defesa da Democracia
219. Justiça Global
220. Mães de Maio – SP
221. Movimenta Caxias – RJ
222. Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade do Pará – MMCC/PA
223. Movimento Moleque – RJ
224. PerifaConnection – RJ
225. Projeto Meninos e Meninas de Rua
226. Rede Bragantina de Economia Solidária – PA
227. Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência – RJ
228. Rede de Proteção e resistência ao Genocídio – SP
229. Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas
230. Rede Urbana de Ações Socioculturais – DF
231. RUA – Juventude Anticapitalista
232. Serviço Franciscano de Solidariedade – SEFRAS
233. Voz da Baixada – RJ
234. IYALETA - Pesquisa, Ciência e Humanidades.
235. Nuestra America Verde
237. Rede Jornalistas das Periferias
238. Frente Preta Uk
239. Instituto Ayíka
240. Frente Antirracista do Fridays for Future
241. ISER - Instituto de Estudos da Religião